

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMMA DE ENSINO

— DA —

2.^a Cadeira do 2.^o Anno

Economia Politica e Sciencia das Finanças

Dr. Sophronio E. da Paz Portella

PROFESSOR CATHEDRATICO

ANNO DE 1919



IMPRESA INDUSTRIAL
78 — Rua Vis. Itaparica — 82
RECIFE—1919

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

PHYSICS DEPARTMENT

PHYSICS 309

LECTURE NOTES

BY

ALAN D. LINDSAY

1963

UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

CHICAGO, ILLINOIS

PROGRAMMA DE ENSINO

2.^a Cadeira do 2.^o Anno

Economia Politica e Sciencia das Finanças

ECONOMIA POLITICA

Noções Geraes

I

Objecto da Economia Politica.

Si existem leis naturaes em Economia Politica.

Como se constituiu a Sciencia Economica.

II

As diversas escolas economicas

As escolas no ponto de vista do methodo.

As escolas no ponto de vista das soluções: Escola liberal; Escolas socialistas; Socialismo de Estado; Christianismo social; Socialismo.

III

As necessidades e o valor

As necessidades do homem.

Da utilidade.

- Que é valor?
- Que é que constitue o valor? O trabalho?
- A utilidade final?
- Como se mede o valor?
- Como se corrige o padrão dos valores. Os Index Numbers.

IV

A producção

Os factores da producção

A natureza

- O meio.
- A materia prima.
- As forças motrizes.
- A lei do rendimento não proporcional.
- As illusões que as machinas fizeram nascer.
- Si as machinas prejudicam a classe operaria.
- A emigração e a colonização.

V

O trabalho

- Do papel que o trabalho representa na producção.
- De que modo o trabalho produz.
- Da evolução das idéas no que diz respeito á productividade do trabalho.
- Da pena considerada como elemento constitutivo do trabalho.

O tempo como elemento constitutivo do trabalho. A duração da vida util.

A aprendizagem e a educação profissional.

VI

O capital

As duas concepções do capital.

Capitales productivos e capitales lucrativos.

Em que sentido se deve entender a produtividade dos capitales?

Capitales fixos e capitales circulantes.

Como se forma o capital.

VII

A organização da produção

Como se regula a produção

Da empresa e do custo da produção.

A regulamentação automática da produção.

Da concorrência.

A super-produção e a lei dos mercados.

As crises.

VIII

A divisão do trabalho

Os diversos modos da divisão do trabalho.

As condições da divisão do trabalho.

As vantagens e os inconvenientes da divisão do trabalho.

IX

A concentração da produção

Grãos successivos da evolução industrial.

A lei de concentração.

A especialização e a integração da industria.

Os grandes armazens.

A industria domiciliaria.

A evolução industrial na produção agricola.

X

A associação para a produção

As associações de trabalho.

As associações de capitaes.

Os Cartels e os Trusts.

As associações agricolas.

As associações cooperativas e industriaes.

XI

A produção pelo Estado

O desenvolvimento das empresas de Estado e municipaes.

Os perigos da Etatisação e da municipalisação.

Os diversos modos de emprezas pelo Estado.

XII

A circulação

A troca

Historico da troca.

A decomposição da troca em venda e em compra.

O valor de troca e o preço.

A lei da offerta e da procura.

As variações do preço.

As vantagens da troca.

XIII

O transporte

As difficuldades e o custo do transporte.

Os caminhos de ferro.

A marinha mercante.

Os portos.

Os canaes e vias navegaveis.

Os modos de transporte do pensamento.

XIV

Os commerciantes

Historia e papel dos commerciantes.

As bolsas e os mercados a termo.

Os pezos e medidas.

XV

A moeda metallica

Historico da moeda.

Si o numerario occupa uma classe sem egual entre as riquezas.

Si a moeda metallica está destinada a baixar indefinidamente de valor.

As condições que a boa moeda deve preencher.

A lei de Gresham.

XVI

Os systemas monetarios

Da necessidade de empregar muitos metaes na fabricação da moeda e das difficuldades que d'ahi resultam.

Como os paizes bi-metallistas não teem de facto mais que uma só moeda.

Si convem adoptar o systema mono-metallista.

XVII

A moeda papel

Si é possivel, substituir a moeda metallica pela moeda papel.

Si a criação de uma moeda papel equivale a uma criação de riqueza.

Dos perigos que resultam do emprego do papel moeda e dos meios de os prevenir.

O cheque.

Como os aperfeiçoamentos da troca tendem a nos fazer voltar á simples permuta.

XVIII

A troca internacional

Que se deve entender por balança do commercio.

Como se mantem a balança das contas.

Em que consistem as vantagens da troca internacional.

Como a troca internacional necessariamente prejudica a certos interesses.

XIX

A politica commercial

Historico do commercio internacional.

A these proteccionista.

A these livre-cambista.

O regimen dos tratados.

A legislação alfandegaria.

Os premios á producção.

O commercio com as colonias.

XX

O credito

Como o credito não passa de uma extensão da troca.

Historico do credito.

Como o credito permite supprimir o pagamento em dinheiro.

Si o credito póde crear capitaes.

O credito territorial.

O credito agricola.

O credito popular.

XXI

Os bancos

As funcções e a evolução dos bancos.

Os depositos.

O desconto.

A emissão dos bilhetes de banco.

Das differenças entre o bilhete de banco e o papel moeda.

Monopolio ou concurrencia? Bancos de Estado ou bancos privados?

XXII

Os grandes bancos de emissão.

A regulamentação da emissão.

O cambio.

A alta da taxa do desconto.

XXIII

A repartição

Os diversos modos de repartição

O modo existente

A desigualdade das riquezas.

Como se opera a repartição dos bens.

O fundamento do direito de propriedade.

O direito de propriedade quanto a seu objecto e quanto a seu sujeito.

O direito de propriedade quanto a seus attributos. A herança.

XXIV

Os modos socialistas

A partilha igual.

O communismo.

O associacionismo.

O collectivismo.

O cooperatismo.

XXV

As diversas categorias de compartilhantes

As classes sociaes.

XXVI

Os proprietarios territoriaes

A propriedade da terra.

O rendimento territorial. A lei da renda.

A alta da renda e o augmento do valor.

Da legitimidade da renda territorial.

XXVII

O arrendamento.

A meiação.

Os systemas de democratisação da propriedade territorial.

XXVIII

Os systemas de conservação da propriedade territorial.

A propriedade urbana.

A propriedade das mattas.

A propriedade das minas.

A propriedade das aguas.

XXIX

Os capitalistas rendeiros

Da situação do rendeiro.

Historico do empréstimo a juro. A usura.

Da legitimidade e da regulamentação do juro.

Porque o capital produz juro?

As leis do juro.

Si a taxa do juro tende a baixar.

XXX

Os assalariados

Que é assalariado?

Historico do salariato.

O contacto de salariato.

As leis do salario.

A alta dos salarios.

XXXI

- Os syndicatos operarios.
- As greves.
- A conciliação e a arbitragem.

XXXII

- A regulamentação do trabalho.
- As garantias contra os riscos; molestia; accidentes; velhice; invalidez; morte prematura; paralysação do trabalho.

XXXIII

- A participação nos lucros e o accionariato operario.
- A associação cooperativa de producção.
- Do futuro do salariato.

XXXIV

Os empregados

- A evolução historica do patronato.
- Que é o lucro?
- Da legitimidade do lucro.
- Da abolição do patronato.

XXXV

Os indigentes

- As differentes categorias de indigentes.
- Os perigos da assistencia.

A organização da Assistencia publica.

XXXVI

O consumo em suas relações com a producção

Qual o sentido da palavra consumo?

Si a producção poderá bastar ao consumo.

As leis de Malthus.

O papel do consumidor. As ligas sociaes de compradores.

XXXVII

A despesa

A repartição das despesas.

As sociedades de consumo.

A habitação. As sociedades de construcção.

O credito para o consumo. Os monte-pios.

XXXVIII

O luxo.

Os consumos nocivos. O alcoolismo.

O absenteismo.

Da fiscalisação do consumo pelo Estado.

XXXIX

A economia

Os dois aspectos da economia.

As condições da economia.

As instituições destinadas a facilitar a economia.

O seguro.

A collocação.

A emigração dos capitaes.

SCIENCIA DAS FINANÇAS

XL

Sciencia das Finanças

Formas principaes da sociedade politica. O Estado moderno e as suas funcções. Funcções essenciaes; funcções facultativas. E' indispensavel o emprego da riqueza para que o Estado possa exercer qualquer dessas funcções.

XLI

Objecto, definição, limites, caracteres, fontes, divisão e importancia da sciencia das finanças.

XLII

Conceito das despesas publicas. Em que se distinguem as despesas publicas das despesas privadas. Caracteres: juridico, politico e economico das despesas publicas.

XLII

Classificação das despesas publica, segundo:

- a) a forma que tomam;
- b) o logar em que são feitas;

- c) o tempo em que se verificam;
- d) a sua importancia;
- e) os seus effeitos economicos;
- f) os fins a que se destinam.

XLIV

Receita publica. Receita publica ordinaria e receita publica extraordinaria. Receita publica originaria e receita publica derivada. Dominio fiscal; riquezas, industrias e direitos que elle comprehende. Em que differe o dominio fiscal:

- a) do dominio publico;
- b) dos privilegios fiscaes;
- c) de certos servicos administrativos que o Estado toma a si, com ou sem privilegio, por motivo de utilidade publica.

XLV

Administração do dominio fiscal. Systemas que têm sido empregados:

- a) administração confiada a funcionarios publicos retribuidos com vencimentos fixos;
- b) administração co-interessada;
- c) arrendamento em hasta publica ou sem ella;
- d) emphyteuse (para immoveis).

Graves inconvenientes de cada um desses systemas.

XLVI

Razões de ordem administrativa, politica e economica, que aconselham a venda do do-

minio fiscal. Cautelas necessarias na venda desse dominio, quanto:

- a) á escolha dos bens;
- b) á sua extensão;
- c) á epoca da venda;
- d) ás pessoas a quem se vende;
- e) ás garantias offerecidas;
- f) e sobretudo ao destino do preço da venda.

Algumas excepções á conveniencia da venda do dominio fiscal.

XLVII

Receita publica derivada:

- a) tributos (contribuições);
- b) multas;
- c) penas pecuniarias.

Distincção que ha entre os tributos e o dominio fiscal com os seus rendimentos. Tributos especiaes; tributos geraes. Taxas. Em que differem dos impostos. Condições de legitimidade das taxas. Classificação das taxas de accordo com os varios serviços administrativos que as podem justificar.

XLVIII

Taxas sobre actos juridicos: taxas judicia-rias e taxas sobre actos civis. Razões que justificam as taxas judiciarias. Objecções contra ellas. Taxas sobre actos civis. Em que ellas differem dos impostos sobre transferencia de propriedade.

XLIX

Arrecadação das taxas sobre actos juridicos. Os dois systemas: o da arrecadação immediata e o da arrecadação mediata da (sello). Superioridade do segundo. Formas do sello. Qual a preferivel.

L

Taxas sobre meios de troca e de transporte. Quaes as mais importantes.

LI

Taxa de monetisação. Fabricação gratuita de moeda. Fabricação em que o Estado, além do reembolso das despesas, aufere um rendimento liquido. Fabricação em que dá-se apenas reembolso de parte das despesas. Qual dos tres systemas é o preferivel. Taxas sobre pesos, medidas e marca. Taxas sobre estradas de ferro, correios e telegraphos.

LII

Conceito, fundamento e normas do imposto.

LIII

Normas juridicas do imposto: a legalidade; a certeza; a legitimidade; a egualdade; a universalidade; a gradação; a moralidade.

LIV

Normas economicas do imposto. Quaes as principaes. Normas politicas: sufficiencia, mobilidade, bôa arrecadação.

LV

Que é arrecadação. Systemas differentes de arrecadação em razão das pessoas della encarregadas: administração e arrendamento. Vantagens e inconvenientes de cada um delles. Regras relativas ao methodo de arrecadação. O que cumpre fazer para que o imposto não se torne vexatorio.

LVI

Incidencia e pressão dos impostos. Incidencia directa e incidencia indirecta ou repercursão. Repercursão prevista e desejada pelo legislador. Phenomenos que se não confundem com a repercussão. De que modo os phenomenos da repercussão se relacionam com os da offerta e da procura, isto é, com os phenomenos do valor. Distincção entre repercussão e pressão dos impostos.

LVII

Classificação dos impostos. Criterios de importancia theorica e pratica na classificação dos impostos. Como se distinguem os impostos sobre o ponto de vista:

- a) da qualidade das riquezas em que são pagos;
- b) das normas de sua distribuição;
- c) de seu character permanente ou transitorio;
- d) da natureza de seu objecto;
- e) do modo pelo qual são determinadas as sommas a pagar;
- f) da avaliação da riqueza tributada.

Subdivisão dos impostos directos quanto ao seu objecto.

LVIII

Systemas tributarios. Impostos multiplos e imposto unico. Critica de um e de outro systema. Razões de preferencia do primeiro.

LIX

Si, adoptado o systema da multiplicidade dos impostos, são preferiveis os impostos directos ou os indirectos. Razões pró e contra uns e outros. Qual a conclusão a que praticamente se pode chegar. Impostos reaes e pessoaes. Conceito de uns e outros.

LX

Imposto sobre o rendimento dos bens immoveis:

- a) imposto sobre o rendimento dos terrenos;
- b) imposto sobre o rendimento dos edificios.

Systemas empregados na avaliação de taes rendimentos:

- a) indícios;
- b) cadastros;
- c) declarações.

LXI

Imposto sobre o rendimento dos bens moveis; a) rendimento dos capitaes; b) rendimentos pessoaes; c) rendimentos industriaes. Improcedencia das objecções contra o imposto sobre o rendimento dos capitaes. Os dois systemas para a applicação de tal imposto. Razões pró e contra cada um desses systemas. Eclectismo empregado na pratica.

LXII

Controversia sobre a tributação da renda publica, isto é, dos titulos da divida publica do Estado e dos municipios.

LXIII

O que sejam rendimentos pessoaes. Erros que pretendem isentar do impotso os vencimentos e pensões. O que sejam rendimentos industriaes. Não ha razão para que taes rendimentos, liquidos, effectivos, sejam subtraidos ao pagamento do imposto.

LXIV

Impostos indirectos sobre transferencia de

propriedade. Impostos sobre transferencias onerosas. Allegações contra elles. Regras na sua applicação. Impostos sobre transferencias gratuitas: a) transferencia causa mortis: successão testamentaria e legitima; b) transferencia inter vivos: doações.

LXV

Objecções contra os impostos sobre successões. Argumentos em resposta. Impostos complementares sobre transferencias onerosas e gratuitas da propriedade.

LXVI

Impostos indirectos sobre o consumo. Sua classificação relativamente:

- a) á qualidade physica dos objectos tributados;
- b) á importancia das necessidades a que taes objectos vem satisfazer;
- c) á proveniencia do objecto;
- d) ao methodo de arrecadação.

LXVII

Monopolios ou privilegios fiscaes. Seus inconvenientes. Principaes monopolios existentes em muitos Estados. Impostos indirectos sobre a fabricação e a venda de certos productos v. g. o alcool e as bebidas espirituosas.

LXVIII

Imposto sobre productos que entram ou

sahem de logar a logar dentro do proprio paiz: impostos interestadaoes e intermunicipaes.; Seus grandes inconvenientes.

LXIX

Impostos aduaneiros de importação, de exportação e de transito. Systemas alfandegarios: prohibitivo, protector, liberal, fiscal. Tarifas aduaneiras: especifica, ad valorem, simples e puramente fiscal. O que tem demonstrado a experiencia das recentes reformas aduaneiras sobre o resultado das tarifas moderadas. Impostos de arrecadação immediata. O imposto sobre habitação differente do imposto directo sobre edificios.

Imposto sobre creados, cães, cavallos, carros, etc.

LXX

Impostos directos sobre rendimentos e sobre patrimonio em geral. Em que differem dos outros impostos directos, reaes e pessoases.) Razões a favor e razões contra o imposto geral de rendimento. Imposto geral sobre o patrimonio. Em que é differente do imposto sobre o rendimento. Imposto militar. Critica que se lhe faz.

LXXI

Impostos locaes. Elles resultam quer de addicionaes aos impostos do Estado, quer de

impostos separados. No regimen de autonomia das provincias e municipios a separação dos impostos manifestamente se impõe.

LXXII

Noções geraes sobre a relação entre a despesa e a receita. Orçamento: sua definição.

O orçamento considerado relativamente:

- a) ao periodo (exercício) a que se refere;
- b) á época de sua redacção;
- c) ao seu systema.

Orçamento ordinario e extraordinario.

LXXIII

Divida publica. Vantagens e inconvenientes do credito publico. O credito publico considerado:

- a) pelo lado de sua legitimidade;
- b) relativamente á qualidade diversa das despesas extraordinarias;
- c) pelo lado economico;
- d) pelo lado politico;
- e) pelas vantagens promettidas ao credor;
- f) pelo lado da garantia dada ao mesmo credor;
- g) pela proveniencia dos capitaes obtidos;
- h) por seu titulo juridico;
- i) pelo modo de sua estipulação;
- j) pelos diversos methodos de sua organização e especialmente pelas condições de reembolso.

LXXIV

A divida fluctuante. Em que consiste. Formas da divida fluctuante. A parte mais consideravel da divida fluctuante é constituida:

- 1.º por emprestimos de brevissimo vencimento feitos pelos bancos;
- 2.º por obrigações com juros tambem a pequeno prazo;
- 3.º por bonus do thesouro.

LXXV

O papel moeda; seus gravissimos inconvenientes.

LXXVI

A divida consolidada em que consiste. Divida consolidada resgatavel e irresgatavel. A divida resgatavel, entre outros, comprehende emprestimos de vencimento fixo, emprestimos a premio ou á sorte e as anuidades. Em que consiste cada um delles.

LXXVII

Divida irresgatavel, sua importancia, suas vantagens e desvantagens. Duas formas de emprestimo que a divida irresgatavel comprehende: a) emprestimo de capital fixo e juro variavel; b) emprestimo de juro fixo e capital variavel. Exame dos dous systemas.

LXXVIII

Administração da divida publica. Sua negociação, quer directa, quer indirecta com auxilio de intermediarios.

LXXIX

Titulos da divida publica: nominativos, ao portador e mixtos. Serviço dos juros. Como deve ser effectuado.

LXXX

Conversão. Conversão forçada, e portanto illegal, e conversão voluntaria. Da consolidação e da extincção da divida publica.

Faculdade de Direito do Recife, 4 de Março de 1919.

O Professor Cathedratico,

DR. SOPHRONIO E. DA PAZ PORTELLA.

Approvado em Congregação, de 25 de Março de 1919.

O Secretario,

Henrique Martins.